

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	OBSERVATÓRIO DE PESQUISA EMPÍRICA: PARTICIPAÇÃO NOS RECURSOS REPETITIVOS NO STJ						
AUTORIA	PROCESSUALISTAS – COORD. PROFS. FERNANDA PANTOJA, MARCELA KOLBACH E SOFIA TEMER				DISCENTES Nº MÁX.	10	
SUPERVISÃO	RAPHAELLA SEQUEIRA RODRIGUES CURY E LIMA				DISCENTES Nº MÍN.	6	
REQUISITOS	Aberto para discentes do 5º período.						
PÚBLICO ALVO	Processualistas						
CÓDIGO	GRDDIR003 / GRDDIR036 / GRDDIR039 / GRDDIR041 / GRDDIR049 / GRDDIR065 / GRDDIR081	PERÍODO	2024.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Aplicação prática do FP: Coleta de dados dos recursos repetitivos julgados entre 2016 e 2021 no STJ, com foco na atuação e na contribuição de partes e terceiros. Análise crítica e tratamento dos dados. Elaboração de relatório final da pesquisa empírica.						
PROBLEMA	O comportamento e influência dos <i>amici curiae</i> e outros atores na formação das teses nos recursos repetitivos no STJ.						
PRODUTO	Relatório final da pesquisa empírica com dados quantitativos e qualitativos sobre o problema colocado.						
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o conceito de pesquisa empírica; • Refletir a pesquisa empírica no campo do Direito; • Compreender as possibilidades da pesquisa aplicada ao Poder judiciário; • Explorar métodos e técnicas de pesquisa empírica; 						
METODOLOGIA	<p>Planejamento estratégico: especificação das etapas e estratégia de trabalho de campo, definição de procedimentos metodológicos a serem usados na investigação de campo, propostas de divulgação do produto ao público alvo externo.</p> <p>1ª ETAPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão da coleta dos dados quantitativos e qualitativos; • Revisão dos dados coletados; • Padronização dos dados quantitativos já coletados; • Análise da validade dos dados qualitativos coletados; <p>2ª ETAPA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Checagem das possíveis respostas às perguntas objeto da pesquisa, através da realização das técnicas da verificabilidade e/ou falseabilidade; • Compilação dos dados e extração dos gráficos numéricos; <p>3ª ETAPA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos resultados obtidos por meio das técnicas da verificabilidade e/ou falseabilidade; • Elaboração de conclusões a partir dos dados coletados; • Elaboração do relatório final com os dados coletados e as conclusões alcançadas. <p>4ª ETAPA:</p> <p>Realização de seminário sobre o tema, com professores convidados, para apresentação e debate sobre as conclusões da pesquisa ao público-alvo externo.</p>						
HABILIDADE	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
Exigência MEC		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					

	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		Outras:
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))		
ATIVIDADE	TEMA	
1	Introdução ao tema da pesquisa, análise da metodologia de pesquisa e do formato de preenchimento da coleta dos dados.	
2	Revisão dos dados coletados.	
3	Estabelecimento dos formatos dos dados quantitativos para padronização da planilha de Excel.	
4	Análise da validade/credibilidade dos dados qualitativos e tomada de decisão a respeito de quais serão utilizados ou não. Estabelecimento dos formatos dos dados qualitativos para padronização da planilha de Excel.	
5	Compreensão sobre as técnicas da verificabilidade e/ou falseabilidade.	
6	Checagem das perguntas a serem respondidas por meio dos dados coletados.	
7	Revisão das perguntas após verificação da viabilidade de serem respondidas.	
8	Revisão da visibilidade dos gráficos e dados numéricos extraídos dos dados quantitativos e qualitativos.	
9	Discussões e elaboração de conclusões a partir dos resultados obtidos.	
10	Discussões e elaboração de conclusões a partir dos resultados obtidos.	
11	Elaboração do relatório final com os dados coletados e conclusões alcançadas.	
12	Elaboração do relatório final com os dados coletados e conclusões alcançadas.	
13	Revisão do relatório.	
14	Ajustes no relatório final.	
15	Revisão final do relatório.	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Tipos de avaliação e respectivas pontuações ou pesos: entrega de tarefas, trabalhos, participação etc. sem correspondência com pontuações ou notas, podendo a distribuição ser feita por meio de percentuais. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>EPSTEIN, Lee. Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência. São Paulo: Direito GV, 2013.</p> <p>ASPERTI, Maria Cecília de Araujo. Acesso à justiça e técnicas de julgamento de casos repetitivos. 2018. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.</p> <p>MACHADO, Maíra Rocha (Org.) Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>TEMER, Sofia. Participação no Processo Civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação. Salvador: Editora JusPodivm, 2020.</p> <p>SILVEIRA, Bruna Braga da. Litigiosidade Repetitiva, Processo e Regulação: Interações entre o Judiciário e o Regulador no Julgamento de Casos Repetitivos. Salvador: Editora JusPodivm, 2021.</p> <p>DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais – Vol. 3. 13ª ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2016.</p> <p>CASTRO, Alexandre Samy de. O método quantitativo na pesquisa de direito. In: MACHADO, Maíra Rocha (org.). Pesquisar empiricamente o direito. [livro eletrônico] São Paulo: Rede de Pesquisa Empírica em Direito, 2017.</p> <p>ZUFELATO, Camilo. Observatório Brasileiro de IRDRs. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2019.</p>	

